

ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nícolas Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Nós agora vamos proceder à posse de um novo deputado, e antes de anunciarmos o seu nome, eu vou ler os atos da Mesa Diretora e vamos dar a atribuição de deputado titular desta Casa ao deputado que será empossado.

(Passa a ler.)

**“ATO DA MESA Nº37-DL ,de 2015**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao sr. deputado Rodrigo Minotto, por um período de 61 dias, a contar a partir de 01 de julho, do corrente ano, para tratar de assuntos de interesses particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2015.

(a)Deputado GELSON MERISIO  
Presidente

**ATO DA MESA Nº 027-DL, DE 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ivan Naatz, 1º Suplente da Coligação PDT, PROS, PTB, PCdoB, PSDC e PV, para ocupar a cadeira do Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2015.

(a)Deputado GELSON MERISIO  
Presidente"

Esta Presidência comunica que, em virtude do declínio do 1º Suplente, sr. Ivan Naatz, será convocado o 2º Suplente, conforme ato a seguir.

(Passa a ler.)

**"ATO DA MESA Nº 028-DL, DE 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ezio Jevis Manoel, 2º Suplente da Coligação PDT, PROS, PTB, PCdoB, PSDC e PV, para ocupar a cadeira do Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2015.

(a) Deputado GELSON MERISIO  
Presidente"

Esta Presidência comunica que, em virtude do declínio do 2º Suplente, sr. Ezio Jevis Manoel, será convocado o 3º Suplente, conforme ato a seguir.

(Passa a ler.)

#### **"ATO DA MESA Nº 029-DL, DE 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Níkolás Reis Moraes dos Santos, 3º Suplente da Coligação PDT, PROS, PTB, PCdoB, PSDC e PV, para ocupar a cadeira do Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2015.

(a) Deputado GELSON MERISIO  
Presidente" [sic]

Neste momento, convido o eminente futuro deputado Níkolás Reis de Moraes dos Santos para prestar o seu juramento.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - (Passa a ler.)

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense."

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Convido o sr. deputado Níkolás Reis para assinar o termo de posse, neste momento, por gentileza. O deputado Mário Marcondes o auxiliará neste momento.

(Procede-se à assinatura do termo de posse.)

(Palmas)

Declaro, nesse momento, empossado na condição de deputado estadual de Santa Catarina, o eminente deputado Níkolás Reis.

Com a palavra para usar a tribuna e fazer o seu pronunciamento, por até dez minutos, o sr. deputado Níkolás Reis.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Boa-tarde a todos. Sinto-me honrado e, quando isso acontece, necessariamente, fico um pouco nervoso também.

Quero cumprimentar o deputado Aldo Schneider, que preside, neste momento, esta sessão, assim como todos os srs. deputados e as sras. deputadas presentes neste plenário.

Quero, e é lógico, que este momento tenha um caráter eminentemente protocolar, mas certamente vem também carregado de muito carinho e gratidão, primeiramente ao deputado Rodrigo Minotto, pelo gesto de licenciar-se, permitindo-me, assim, hoje, assumir uma cadeira de deputado nesta Casa, pelo período de 60 dias.

É um gesto que tem um pouquinho a ver com o Níkolás Reis, com o PDT, mas tem muito mais a ver com Itajaí e com toda a nossa região.

O deputado Rodrigo Minotto compreendeu a importância de uma representação, ainda que por um curto período, e esse agradecimento que faço, deputado Rodrigo Minotto, é em meu nome, também em nome do PDT de Itajaí, mas especialmente em nome do povo da nossa cidade e de toda a nossa região.

Na oportunidade, gostaria de cumprimentar alguns amigos que me deram todo o apoio e, também, aqueles que vieram prestigiar a minha posse:

A querida amiga Eliane Neves Rebelo, secretária do Desenvolvimento Regional de Itajaí e sempre vice-prefeita;

O vereador Clayton Batschauer, meu particular amigo, também suplente de deputado, neste ato representando o exmo. presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Luiz Carlos Pisseti;

O vereador Giovani Felix, que também se faz presente e representa a nossa Câmara Municipal;

O prefeito de Penha, o meu amigo Evandro dos Navegantes;

O meu querido amigo Maurício Barth, presidente do PROS de Itapema;

O companheiro Arthur Leite, presidente, recém-eleito, do DCE da Univali e diretor da União Nacional dos Estudantes de Itajaí;

O sr. Norival Montibeller, presidente do Conselho Municipal da Juventude de Itajaí;

A Sandra Mara de Andrade, secretária executiva da Associação Empresarial de Itajaí. Infelizmente não pôde estar presente;

O chefe de gabinete do vereador Felipe Rebello Schmidt, de Penha, meu particular amigo Vlademir Rosa;

O Marcelo Sodré, meu presidente agora, com muita honra, secretário de Desenvolvimento Social de Itajaí;

O meu particular amigo Everton Wan-Dall, secretário municipal secretária da Criança, do Adolescente e da Juventude de Itajaí e secretário geral do PDT estadual;

A nossa querida Dalva Maria de Luca Dias, presidente do PDT de Florianópolis, a quem faço também um agradecimento todo especial pela acolhida não só no gabinete, mas na sua casa

quando conversávamos sobre a filiação no PDT. Vou precisar muito dela e em seu nome cumprimento o ministro Manoel Dias que está em viagem oficial a Cuba e não pôde estar presente, mas nos transmitiu um abraço o que particularmente me honra sobremaneira;

Os drs. Diego Richard Ronconi e Natan Bem-hur Braga, meus professores e mestres lá no escritório onde trabalho;

O Luis Viegas, presidente estadual do PDT;

O grande amigo Vinícius Amorim, ex-vereador de Itajaí.

Bom, feitos esses cumprimentos que são protocolares, mas eu repito, cumprimentos bastante carinhosos, também, devo necessariamente cumprimentar a minha família, que foi a base disso tudo e quem me ensinou a ser um político para o bem, os meus pais, a minha tia, a minha esposa Gabriela, e todos os familiares que não puderam estar presentes, mas que me mandaram mensagens e que a semana toda têm-nos congratulado.

Também quero estender os agradecimentos a todos os meus amigos, àqueles que talvez não tenha citado, mas sintam-se todos particularmente abraçados na pessoa do Camilo - que eu vejo ali -, que foi determinante nessa nossa filiação ao PDT e na ascensão a este espaço.

Senhores, a todos o meu muito obrigado. Vi presente também o ex-deputado Paulo Bornhausen, que me cumprimentou no corredor e disse que veio para esta ocasião. Não o estou vendo, mas fica aqui o meu cumprimento ao deputado Paulo Bornhausen. Agora pude localizá-lo sentado na cadeira que já foi sua como deputado também.

Gostaria de dizer da honra que é assumir este posto e, para finalizar, o discurso não é longo, é um discurso basicamente de agradecimento, mas quero deixar apenas uma mensagem que levamos ao eleitor de Itajaí quando saímos candidato a deputado estadual.

Nós dizíamos que a nossa terra, e quando falo em Itajaí é extensivo a Navegantes, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, a toda nossa grande região. Sabemos que Balneário está muito bem representado

pelo deputado Leonel Pavan, mas extensivo também a Balneário Camboriú, é uma potência do ponto de vista econômico, cresce, o estado vê o crescimento, mas Itajaí precisa equilibrar o seu desenvolvimento social e humano com o seu desenvolvimento econômico.

Claro que grande parte dessa tarefa é nossa, lá em Itajaí, nós que vivemos atividade pública com mandato, com cargo ou não, a principal tarefa é nossa, mas a cidade precisa e precisava de alguém que pudesse trazer as suas grandes demandas para este Parlamento, para o governo do estado e fazê-las reverberar nos gabinetes mais importantes desse estado e do país.

Nós temos demandas seriíssimas, urgentes, importantes, relacionadas ao porto, relacionadas à infraestrutura retroportuária, à infraestrutura na mobilidade urbana, na segurança pública, porque nos faltam policiais, nos faltam investimentos, na área da Educação, da Saúde, enfim.

Mas eu quero estar, nestes dois meses, como um parceiro da secretária Eliane Rebello, do prefeito Jandir Bellini, do vereador Clayton Batschauer, do vereador Giovani Felix, enfim, de toda região, exatamente para trazer essas demandas desse Parlamento, e poder discutir com os deputados.

Só a posse, srs. deputados, só este ato, não precisava nem dos outros 59 dias, já foi tão importante, já teve tanta repercussão na imprensa da nossa cidade, que só esse ato de posse, deputado Rodrigo Minotto, já foi fundamental para a cidade melhorar a sua autoestima e sentir que pelo menos durante um período desta legislatura ela teria um representante para trazer as suas questões aqui para o Parlamento.

E eu tenho certeza de que, ao final deste período, todos os senhores estarão ainda mais - porque eu sei que já o são -, mas muito mais comprometidos com a nossa cidade, com a nossa terra e com as nossas grandes questões.

Esse é o meu desafio e espero honrar, e devo honrar, e será com muito orgulho a minha missão.

O meu muito obrigado! É um prazer estar entre os senhores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do eminente deputado Níkolás Reis, e também quero fazer aqui, em nome da Presidência, um registro de agradecimento ao deputado Rodrigo Minotto, por este ato de conceder uma parte do seu mandato para que a cidade de Itajaí e região possa ter aqui o seu representante também na Casa do Povo catarinense.

Faço o registro também da presença do nosso deputado estadual e federal Paulo Bornhausen nesta Casa.

Desejamos que se sinta em casa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero dizer que é uma alegria enorme tê-lo como companheiro nesta Casa. Conheço o seu histórico político de atividades brilhantes em Itajaí. V.Exa. é um homem altamente preparado, já deu para sentir isso aqui no seu pronunciamento. A nossa região, da Amfri, passa a ter dois deputados. Eu diria que é pouco, porque a região poderia eleger mais, pois são 500 mil eleitores, com um só deputado eleito pelo município de Itajaí e um eleito por Balneário Camboriú, ou seja, v.exa. por Itajaí e este deputado por Balneário Camboriú.

A garra que v.exa. demonstrou ter aqui hoje será fundamental para trabalharmos juntos nos pleitos de toda a região. Quero dar-lhe boas-vindas e dizer que conte conosco. E quero dizer que tenho um orgulho enorme em poder contar com mais uma pessoa neste plenário, especialmente com v.exa., deputado Níkolás Reis. O nosso deputado Rodrigo Minotto, que gentilmente concedeu esse período para v.exa., é uma das figuras mais importantes do nosso Parlamento. Isso mostra sensibilidade, mostra o quanto democrático ele é. Então, parabéns a v.exa. que assume. Conte conosco. Um braço.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria saudar o Nícolas Reis pela posse. Eu sei que é um desejo, uma luta de vida. Admiro v.exa. pela sua caminhada, não escorada em partidos fortes, uma caminhada individual, que contou muito com a parceria da família e dos amigos. Eu vejo aqui neste plenário muitos amigos de Itajaí, lugar onde cheguei em 1977 para fazer Direito. Trabalhei no Bradesco durante o período da faculdade e fui presidente do diretório acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes. Veja v.exa. que na ocasião, o nosso ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foi presidente do diretório, ou seja, foi meu antecessor.

Então, a nossa história vem desde daquela época, pois desde 2003 moro no Balneário Camboriú e luto pela região. Ainda ontem estava em Canhanduba, na instalação da videoaudiência. Um enorme avanço para o estado de Santa Catarina, sobre o qual depois quero falar.

Mas quero, novamente, dizer que v.exa. é bem-vindo pela sua motivação, pela sua garra e pelo apoio de todos os colegas. Estamos juntos no que pudermos fazer por Santa Catarina, mas especialmente por Itajaí, por Balneário Camboriú. Sei que o faremos com bastante destemor e vontade. Parabéns a v.exa., à família e a toda foz do rio Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta presidência também registra a presença da secretária de estado de Desenvolvimento Regional, professora Eliane Rebello, que juntamente com os vereadores de Itajaí, com a comunidade civil organizada, empresários e a família do nosso eminente deputado Nícolas Reis, aqui estão. Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Gostaria de cumprimentar o deputado Níkolos Reis pela participação efetiva no pleito eleitoral e agora sendo respaldado por um período importante no seguimento para representar o alto vale do Itajaí. Quero fazer um registro da importância significativa do deputado Rodrigo Minotto, que vem constituindo, não apenas a bancada do sul, da qual eu faço parte, mas também fazendo um papel relevante entre os deputados de primeiro mandato, que é o nosso caso.

Então, quero desejar-lhe boas-vindas! Integre-se a este grupo, pois esta atual legislatura é muito interessante, *sui generis* na sua concepção, formada por ex-governadores, ex-deputados federais e novatos como nós, mas todos têm um grau de igualdade nas discussões, nas proposições e na responsabilidade.

Então, sinta-se em Casa. A Casa é do Povo. A Casa é nossa. Parabéns a v.exa. e parabéns a Itajaí.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, gostaria de agradecer a presença nesta Casa da secretária do Desenvolvimento Regional de Itajaí, Eliane Rebello, bem como do vereador Giovani Felix, que estão neste momento prestigiando a posse de Níkolos Reis. Em nome dos dois, cumprimento todos os itajaienses que se fazem presentes.

Quero dar as boas-vindas ao Níkolos Reis, que é de uma família tradicional de Itajaí. Já estivemos em muitos combates juntos em outras épocas e tenho certeza de que a sua essência continua a mesma, em defesa do povo e fazendo política honestamente, hoje está em outra agremiação partidária, mas em nome da bancada do

Partido dos Trabalhadores nesta Casa, da qual esta deputada, os deputados Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Dirceu Dresch e a deputada Luciane Carminatti fazem parte, desejamos boas-vindas a v.exa.

Sei da sua experiência como vereador e do bom combate que fez na Câmara. Como parlamentar, quero-lhe dar toda a sustentação necessária. Itajaí estará sendo bem representado com a sua vinda a este Parlamento.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mario Marcondes.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, quero desejar ao deputado Níkolás Reis boas-vindas neste Parlamento. Também sou novato e vejo que se constrói um partido com atos de parceria, abrindo espaço para companheiros que nos conduziram a este Parlamento. V.Exa. ajudou o deputado Rodrigo Minotto a chegar neste Parlamento. E agora v.exa. assume esta cadeira, mesmo que por 61 dias, na qualidade de substituto do querido deputado Rodrigo Minotto, uma pessoa que orgulha a Assembleia Legislativa.

Quero parabenizar todo o povo de Itajaí. E gostaria de fazer referência ao amigo Clayton Batschauer, suplente de deputado do nosso partido. Certamente o PR também terá uma atitude dessa magnitude como teve o PDT para que os companheiros de partido também possam assumir neste Parlamento e muito bem representar a sigla. Parabéns ao povo de Itajaí. Seja bem-vindo. São 60 dias, mas poderá fazer muita coisa. Certamente o povo de Itajaí será bem representado e terá orgulho da sua passagem nesta Casa.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Deputado Níkolás Reis, quero, em nome do PSD, desejar-lhe

boas-vindas. V.Exa., este deputado, os deputados Luiz Fernando Vampiro, Ricardo Guidi e outros fazemos parte de uma nova geração de políticos que estão ingressando agora na vida pública. Estamos debutando no Parlamento catarinense e sabemos dos inúmeros desafios, mas a política é o único caminho que temos para melhorar a vida das pessoas e não podemos nos furtar de participar ativamente da vida pública, ainda mais nos tempos de hoje, quando a sociedade espera tanto dos homens públicos.

Coloco-me à disposição de v.exa. para podermos, nesse período em que estiver aqui, construir uma sociedade melhor para o país e o estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Convido agora o eminente deputado Níkolos Reis para que possamos, com o deputado Rodrigo Minotto, fixar o *button* na sua lapela, e em seguida daremos seguimento à sessão.

(Procede-se à colocação do *button*.)

(Palmas)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero fazer o registro do nosso sempre deputado e, hoje, prefeito de Itajaí, sr. Jandir Bellini. Com certeza, veio prestigiar a posse do deputado Níkolos Reis. Assim, quero desejar ao nosso sempre deputado boas-vindas, assim como também ao nosso amigo, sempre deputado, Paulo Bornhausen.

Também, quero lembrar que na próxima segunda-feira teremos o Orçamento Regionalizado na região de Itajaí, de manhã; Brusque, à tarde; e Blumenau, à noite.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Também, esta Presidência registra a presença do eminente prefeito municipal de Itajaí, o sempre deputado Jandir Bellini.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, sr. presidente, cumprimento v.exa. e todos os srs. e sras. deputados presentes na sessão.

Trago, inicialmente, um abraço ao deputado recém-empossado, Nikolas Reis, representando a cidade de Itajaí e região, que vem substituir neste período o deputado Rodrigo Minotto. Mais um deputado jovem que inicia a sua experiência nesta Casa, com toda a sua vontade para colaborar conosco e trazer as demandas da referida região.

Sr. presidente, uso a tribuna na tarde de hoje para discutir um tema de grande importância para a mobilidade, a saúde, o bem-estar e para o nosso trânsito caótica de Santa Catarina e de todo o Brasil. Aproveito a oportunidade, deputado Maurício Eskudlark, para falar sobre a implantação das ciclovias em Santa Catarina e da importância do uso da bicicleta em nosso estado. O jornal *Notícias do Dia* realizou uma pesquisa com os seus eleitores em que fazia a seguinte pergunta:

(Passa a ler.)

"O que pode ser melhorado em Florianópolis?"

Não preciso dizer que foram inúmeras as opções apresentadas. Mas, dentre elas, destacou-se com 73% o tema implantação de ciclovias na cidade de Florianópolis.

No município de Joinville, deputado Kennedy Nunes, existe 150km de ciclovias implementadas. Aqui em Florianópolis estamos em torno de um terço do que tem Joinville e, obviamente, que a cidade tem uma expectativa de ter muito mais.

E qual é a importância da ciclovia? Primeiramente, em trajetos curtos, de distância de até 7km, que podem ser percorridos em até 30min e se transforma no meio de transporte mais rápido de locomoção. Obviamente, que ele não disputa com o trânsito dos veículos, o problema do transporte coletivo e até mesmo o das motocicletas, que têm mais facilidade no trânsito.

O tema veio à discussão recentemente em função da inauguração, no município de São Paulo,

deputada Ana Paula Lima, pelo prefeito Fernando Haddad, de toda a ciclovia da Avenida Paulista num trecho de 2,7km de extensão.

Segundo pesquisa realizada pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, nesse período de obras e da sua inauguração ampliou-se o número de ciclistas no município de São Paulo em 51%, ou seja, existe um desejo das pessoas utilizarem as bicicletas como meio de transporte, entretanto, é necessário ter mais segurança, ciclovias bem construídas e ter um estímulo que tenha por obrigatoriedade partir do poder público para ser realizada.

O jornal *Notícias do Dia* coloca muito bem: "Mapa das Ciclovias em Florianópolis não Avança desde 2012."

Quem está falando isso é o jornal *Notícias do Dia*, não é o deputado Gean Loureiro. Estou lendo.

Nós temos uma expectativa de novas rodovias que são expectativas antigas. E aqui não estou fazendo nenhuma crítica a atual administração, mas estou apontando obras que desejamos sejam implementadas, como a duplicação da rua Antônio Edu Vieira; como a nova ciclovia de 2,7km; como a avenida Jorge Lacerda, na Costeira, com mais de 3km de rodovia; a avenida Ivo Silveira com mais de 2km de extensão e a região de Coqueiros, deputado Mario Marcondes, porque do Abraão até Coqueiros ainda não temos uma ciclovia oficializada para ser utilizada. Ou seja, temos muito a avançar. E se nós analisarmos uma cidade planejada, como foi a cidade de Brasília, deputado Fernando Coruja, construída pensando nas pessoas, veremos que lá temos mais de 440km de ciclovia.

Mas Campo Grande também dá o exemplo, tem quase o dobro de Florianópolis; Rio Branco da mesma forma; Curitiba tem quase quatro vezes o que tem Florianópolis. Ou seja, nós podemos avançar muito no quesito ciclovia, entretanto, temos que dar cada vez mais uma segurança ao usuário.

Recentemente o Rio de Janeiro sancionou uma legislação, a qual tivemos a oportunidade de apresentar como proposição nesta Casa Legislativa, em virtude do elevado número de furtos de

bicicletas. Tem algumas bicicletas deputado Dalmo Claro, que custam mais caro do que um veículo, mais de R\$ 20 a R\$ 30 mil. E se transformou num objeto de desejo de muitos que pretendem realizar o furto ou roubo desse tipo de equipamento de locomoção. Para isso a nossa proposição prevê primeiro o registro de todas as bicicletas vendidas. Além de a pessoa não localizar mais a sua bicicleta, a polícia está recuperando e não sabe mais para quem entregá-la. E ela está criando estruturas para estocar estas bicicletas encontradas, que são furtadas, cujos proprietários não se consegue encontrar. Ou seja, se usar um mecanismo simples de identificação na nota fiscal e na bicicleta, teremos condições, no estado de Santa Catarina, de ter uma recuperação muito maior.

Por isso, a proposição apresentada para ser implementada no estado de Santa Catarina. É nesse sentido que temos que entender que no Brasil hoje são comercializados cinco milhões de bicicletas por ano. Há um desejo cada vez maior, porque além do transporte ser mais rápido e de ajudar na mobilidade urbana, a pessoa está fazendo um exercício físico e melhorando também a sua saúde. Mesmo nas cidades onde têm um terreno muito mais acidentado, uma geografia mais difícil, vem-se implementando rotas que interligam as ciclovias. E a Assembleia Legislativa tem que ajudar a impulsionar esse tipo de atividade.

O nosso papel é fazer com que as rotas de ciclovias não tenham início nem fim, mas sim possam se interligar todos os municípios, porque de nada adianta fazer a ciclovia na avenida Ivo Silveira se quando chegar na divisa com o município de São José não houver a continuidade para as pessoas se deslocarem de um município a outro.

Nesse sentido, quero trazer à tona o debate a esta Casa Legislativa sobre o incentivo efetivo à implementação das ciclovias.

Nas cidades com características e culturas da utilização da bicicleta como Joinville e Blumenau, que tem um número muito maior de ciclovias, já

contam com mais de 80km de ciclovias. A nossa intenção é poder estimular cada vez mais a utilização da bicicleta, mas nós não podemos fazer isso enquanto não discutirmos uma efetiva implementação com segurança, com condições. Onde não é possível ter ciclovia, que tenhamos pelo menos a ciclofaixa, para dar condições efetivas de deslocamentos num trajeto bem maior, utilizando a bicicleta, que serve, sim, como lazer, mas pode também servir como meio de transporte. Quiçá poderemos implantar aqui em Florianópolis, em Blumenau, em Joinville e em outros municípios um número ainda muito maior de ciclovias com a segurança necessária. E que sendo aprovado o projeto tenhamos um mecanismo para garantir, em caso de furto, a recuperação da bicicleta inibindo cada vez mais esse tipo de atitude.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Gean Loureiro, como ciclista ativo, pedalo toda semana, tenho a minha magrela, como dizem em Joinville, não poderia ficar sem falar sobre esse assunto. Mas tenho uma preocupação. Em Joinville, temos algumas ciclofaixas que são exatamente no corredor dos ônibus. E como se faz ciclofaixa no corredor dos ônibus? Ou seja, não existe essa possibilidade. E existem outras ciclofaixas que não acabam em lugar nenhum, é quase igual àquele sinal que colocam para o deficiente visual andar na calçada e no meio colocam um poste.

Então precisamos, não apenas pensar em extensão de ciclovias e ciclofaixas, mas fazer isso com qualidade, porque apenas quem pedala vê essa necessidade. Mas, além disso, existe a preocupação das empresas também. Lembro que quando era secretário desta Casa havia funcionários que queriam vir trabalhar de bicicleta, mas chegavam, principalmente no verão, suados, e não havia como fazer a troca de roupa ou tomar um banho. Então, precisamos estar atento a essas questões, principalmente para quem usa esse tipo de transporte, precisamos dar esse amparo para quando

chegar ao trabalho a pessoa possa trocar de roupa e ter mais qualidade para exercitar, porque queira ou não queira, quando se pedala gasta-se energia. Por isso, parabéns pelo seu projeto.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, quero obviamente cumprimentá-lo pelas sugestões apresentadas por v.exa. e dizer que essa é uma demonstração clara de que é preciso dialogar com quem se convive no dia a dia.

Muitas prefeituras estão se fechando para a população, não estão conversando, deputado Kennedy Nunes, e nesse aspecto só o conhece o assunto quem é usuário da bicicleta.

Eu lembro quando recentemente discutia-se as implantações na SC das ciclofaixas, que algumas pessoas achavam que os tachões protegiam, mas geravam a maior dificuldade e causavam acidentes aos ciclistas. Eu acho que os representantes das cidades têm que conversar mais com a população, tem que entender que realmente não é apenas ter a quilometragem de ciclovias, mas, sim, termos ciclovias seguras e em condições de utilização. Desejamos que as ciclovias possam ser implementadas e com rotas interligadas para que as pessoas possam efetivamente utilizar a bicicleta como meio de transporte, a exemplo da cultura europeia.

Por isso, agradeço o pronunciamento e parabenizo mais uma vez o deputado Níkolás Reis, que agora está ao nosso lado, erguendo e trazendo ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na havendo oradores do DEM que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário é destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, agora ficou maior o meu tempo. Iria falar nas Breves Comunicações, mas vou usar agora no horário dos Partidos Políticos e, se o deputado Kennedy Nunes quiser fazer aparte tem todo o direito e a minha aquiescência.

Quero saudar todos os srs. deputados, também o deputado Nícolas Reis dizendo que é uma grande satisfação recebê-lo, é uma alegria saber que foi presidente do Diretório Acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes, onde mais ou menos comecei a minha carreira política, depois fomos vereador e assim foi a minha caminhada.

Mas comecei como presidente do Diretório Acadêmico. Tempo bom, do qual tenho boas lembranças na minha cidade Itajaí, onde também tenho minha história; depois em Balneário Camboriú, onde morei desde 2003, e fui delegado regional. E nossas vidas têm essas boas passagens. E também me considero um morador de Itajaí, Balneário Camboriú e região.

Ontem estivemos em Itajaí, com a secretária Eliane Rebello, a quem quero parabenizar assim como toda equipe e amigos de Itajaí, pois estivemos juntamente com o governador Raimundo Colombo, com o presidente do Tribunal de Justiça, do desembargador Nelson Schaefer Martins; com a juíza federal de Itajaí, com o dr. Pedro Walicoski de Carvalho, juiz das execuções penais; com o prefeito Jandir Bellini, enfim várias autoridades, quando foi inaugurada a sala de vídeo audiência no presídio de Canhanduba.

É um avanço muito grande, muito significativo para a Segurança Pública como um todo, porque a secretaria de Justiça realiza por mês quase quatro mil transportes de presos para fórum para prestar depoimentos. Muitos presos de alta periculosidade, de PGC, de PCC saem dos presídios com escolta de duas, três ou quatro viaturas e são levados aos fóruns nos centros das cidades para prestar depoimento. Então, além do risco que coloca a sociedade, além do custo financeiro que tudo isso

implica, a retirada inclusive dos policiais militares e até agentes prisionais que poderiam estar fazendo policiamento preventivo, atuando no combate ao crime, acabam trabalhando na escolta.

Então, esse investimento do governo do estado nesta sala de vídeo audiência é muito importante, porque foi instalada uma sala para este fim no presídio, ligada por câmeras de televisão com o fórum da comarca. Foi assinado convênio ontem com a justiça federal também e a partir desse momento os presos não precisam mais ser deslocados do presídio para as audiências nos fóruns. O preso na sala de audiência no presídio acompanha a audiência, vê a juíza, vê o advogado, vê a parte que está participando da audiência, ou seja, a testemunha. E a juíza tem a visão do preso. E acontece uma conversa simultânea na audiência. Isso representa um avanço muito grande na Segurança Pública do nosso estado. É um avanço para a Justiça e para a Segurança Pública.

Esqueci-me de saudar a secretária Ada De Luca, e temos que parabenizá-la pela dedicação, pelo empenho e pelo orgulho das condições do presídio e da penitenciária da Canhanduba, pelo zelo com os agentes prisionais e com o sistema prisional daquela instituição. E agora pretende levar esse projeto para São Pedro de Alcântara e para o presídio da capital.

Então, o governador Raimundo Colombo foi bem sincero na inauguração quanto ao empenho do governo, pois mais de cinco mil agentes foram colocados em atividade nesse período de governo e com essas melhorias operacionais, com esses sistemas que podem, sim, ajudar e muito a Segurança Pública do estado.

Então, temos que parabenizar todos e que utilizar a tecnologia a favor do cidadão, a favor da sociedade e no combate à criminalidade. Foi um avanço digno de registro e quero dizer que as pessoas fazem a diferença.

E, deputado Mario Marcondes, o dr. Pedro Walicoski de Carvalho, já foi juiz corregedor do presídio de Tijuca e, naquela época já foi um exemplo no acompanhamento do cumprimento da pena,

na humanização, sempre com rigor, sempre cumprindo a lei, mas olhando o lado humano da reinserção, da recuperação do ser humano.

Então, como disse lá, a diferença, muitas vezes, ou sempre, não está no equipamento, não está na edificação física, está na pessoa. A pessoa é que pode fazer a diferença, que pode atender melhor ou não.

E quero, então, reconhecer esse trabalho do dr. Pedro Walicoski de Carvalho, do presidente do Tribunal de Justiça, dr. Nelson Schaefer Martins, e da juíza federal que ontem firmou o convênio.

Então, não vamos precisar mais tirar o preso lá da penitenciária para levá-lo ao centro da cidade, num fórum, muitas vezes com audiência de famílias, de menores e com escolta policial, porque ali muitas vezes está um preso de alta periculosidade ou até um preso ameaçado que precisa da escolta para a sua própria proteção.

Então, é de registrar esse avanço.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Ontem quando eu assisti à reportagem na RBS fiquei muito contente por tudo isso que v.exa. acabou de relatar, principalmente pelas atitudes, porque é isso que o estado de direito constituinte precisa.

É muito blá-blá-blá, se fala tanto, se faz palestra, se faz apresentação e no fundo, no fundo as coisas na prática não acontecem. Isso ocorre em todos os segmentos, principalmente aos vinculados aos setores públicos.

E certamente as videoconferências que serão feitas, através dos videomonitoramento das sessões, irá economizar e muito na estrutura da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Poder Judiciário, mas principalmente, vai dar agilidade aos resultados dos processos judiciais para que eles não caiam em prescrições, para que o apenado seja solto no momento certo ou seja condenado e cumpra a sua pena e que não fique anos e anos para ser julgado, pois há muitos processos desses

caindo em prescrições sem haver o efetivo cumprimento da pena restritiva de direito.

Então, temos que parabenizar o governo do estado, através da nossa secretária de Justiça, mas principalmente o Poder Judiciário pela atitude, pela coragem. Esperamos que o Poder Judiciário não deixe que isso fique limitado somente aos processos criminais, e sim também aos processos de toda a natureza, para agilizar a vida do Poder Judiciário e dar a efetiva prestação jurisdicional para o cidadão catarinense. Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Mario Marcondes, muito importante a sua visão, porque vai permitir também que muitos presos não sejam ouvidos só como acusado, ele é acusado num processo, mas está lá como testemunha em outro processo. E como se diz se fala muito em resolver, e se faz pouco para resolver.

Então, todo mundo sabe a solução, todos falam da solução, mas ninguém a aplica. Quando se diz que 60% dos presos em nível de Brasil não tiveram ainda julgamento é por causa dessa burocracia, dessa demora, dessa Justiça emperrada. É por isso que algumas pessoas acabam ficando presas sem julgamento! Mas em alguns casos permanecem detidas porque já cometeram outros delitos, porque oferecem perigo à sociedade. Então, isso é importante para reforçar a segurança.

Hoje será votado na comissão de Segurança Pública, assim como nas demais comissões, o projeto que aumenta o quadro lotacional dos agentes prisionais para que os aprovados no último concurso possam ser chamados. O governador Raimundo Colombo também autorizou, e depende só da Fazenda agora, do grupo gestor, o chamamento de 400 policiais civis e 500 policiais militares aprovados no último concurso. E tudo isso vai ajudar na segurança.

Para finalizar, queria fazer um registro de tristeza em nosso nome, e nesta semana a Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina também o fez, deputado Mario Marcondes, do falecimento do nosso delegado Elói Gonçalves de

Azevedo, um delegado com uma carreira brilhante na polícia de Santa Catarina. Ele foi diretor da Deic e cotado sempre, inclusive, para ser superintendente, para ser chefe de Polícia. Foi um delegado operacional, ajudou, salvou muitas vidas, mudou a vida de muita gente durante a sua carreira mas, infelizmente, no domingo perdeu a luta contra o câncer e faleceu.

Então, colhi algumas imagens do delegado Elói Gonçalves de Azevedo que deixa um filho, também delegado de Polícia, em São Joaquim, o dr. Diego Azevedo.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Nessa foto mostra a história do delegado Elói, que lançou um livro na Assembleia Legislativa contando as suas histórias policiais. Foi um policial de campo, ativo, que arriscou a vida e que orgulha e sempre orgulhou a sociedade catarinense na Segurança Pública.

Então, quero deixar os nossos sentimentos à família do dr. Elói Gonçalves de Azevedo que, infelizmente, no domingo perdeu a guerra contra o câncer. E nessa caminhada da vida quando Deus nos chama, temos que seguir o nosso destino.

Eu tenho aqui para registrar a história do dr. Elói, mas o tempo não permite.

Quero lamentar que perdemos na segunda-feira mais um delegado de Polícia. Ivan Chagas de Almeida foi chefe de gabinete do secretário Sidney Pacheco, uma pessoa de caráter, uma pessoa fantástica.

Então, perdemos dois colegas delegados de Polícia e eu queria aqui deixar registrado a toda categoria, às famílias, em nome dos delegados de Polícia, em nome da Segurança Pública, o nosso reconhecimento.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Deputado Maurício Eskudlark, queria parabenizá-lo por este registro nesta Casa Legislativa. Num curto período de tempo perdemos o Renatão, o Elói, e o Ivan Chagas, que não tive oportunidade de conhecer. Mas é muito

importante o senhor fazer o registro aqui de pessoas que por tanto tempo combateram o crime e prestaram um bom serviço à sociedade catarinense. Meus parabéns ao senhor e quero também prestar a minha solidariedade aos familiares dessas pessoas que nos deixaram.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado deputado João Amim. O Elói ficou conhecido por prender o Gilberto Gil em uma ocasião aqui em Florianópolis porque a banda toda estava usando drogas. Houve aquela prisão que marcou a carreira dele. Ele teve uma atuação efetiva no combate ao crime, na proteção das famílias. Essa foi uma pequena mostra de toda carreira vitoriosa do delegado Elói Gonçalves de Azevedo. Nosso sentimento também à família do delegado Ivan Chagas de Almeida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa., deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado João Amin, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Cumprimento o presidente, sr. deputado Aldo Schneider, o deputado Padre Pedro Baldissera, a deputada Ana Paula Lima, e os demais srs. deputados.

Damos boas-vindas ao deputado Nícolas Reis, desejando boa sorte e sucesso nesses 60 dias em que nos dará a honra de participar da nossa convivência neste Parlamento.

O que me traz à tribuna hoje é um tema, sobre o qual não poderia deixar de registrar, mas infelizmente, negativo.

(Passa a ler.)

"A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei n. 13.139/2015, que entrará em vigor daqui a quatro meses, que altera as regras relativas à ocupação de terrenos de Marinha. Houve, no entanto, diversos vetos, principalmente

de alterações que reduziriam valores a serem pagos pelos ocupantes dessas áreas.”

Todas as contribuições feitas ao projeto de lei que tinha autoria do Executivo e que diminuía o pagamento de impostos por parte dos cidadãos foram vetados pela presidente Dilma.

(Continua lendo.)

“Ao longo dos anos os terrenos de Marinha foram ocupados por imóveis, o que leva a União a cobrar taxas pelo uso. Muitos titulares, no entanto, questionam os cálculos, os critérios e as marcações feitas. O projeto que resultou no Projeto de Lei Complementar n. 0012/2015 foi apresentado em 2013 pelo próprio Executivo, que admitiu que as normas até então funcionavam no sentido contrário ao esperado, não incentivando a regularização.

Com a lei, para demarcar uma nova área, o Executivo deverá realizar audiências públicas e informar à população atingida. A União pode firmar dois tipos de contrato com o ocupante: no aforamento, o morador do imóvel paga o foro e passa a ter um domínio útil sobre o terreno; na ocupação, a União é proprietária da área toda e pode reivindicar o direito de uso do terreno.

Na votação do Projeto de Lei no Plenário do Senado, o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destacou a simplificação de processos e a redução de encargos. Na segunda-feira, data da publicação da lei e dos vetos no *Diário Oficial da União*, Ferraço classificou a situação de absurda e surreal.

A presidente Dilma vetou a unificação da taxa de ocupação de terrenos da União em 2% do valor do domínio pleno. Atualmente, o índice de 2% vale apenas para ocupações já inscritas ou com inscrição requerida até 30 de setembro de 1988. Nas demais situações, a taxa é de 5%.

Também foi vetada a exclusão das benfeitorias das bases de cálculo do recolhimento do laudêmio e da multa pela não transferência dos registros cadastrais nos prazos legais.

Outro ponto rejeitado pela presidente da República foi o repasse obrigatório de 20% dos

recursos provenientes de taxa de ocupação, foro e laudêmio aos municípios onde estão localizados os imóveis.”

Ou seja, a simples contrapartida de pelo menos um percentual do valor do que o cidadão paga na cidade - e viria ao município como contrapartida para benfeitoria da cidade -, não foi vetada.

(Continua lendo.)

“Segundo Dilma, esses outros dispositivos, alguns dos quais constavam da proposta original do próprio Executivo, ‘resultariam em significativa perda de receitas decorrentes da exploração de direitos patrimoniais da União, inclusive sem a indicação das devidas medidas compensatórias’.”

Ou seja, o cidadão vai continuar por enquanto só pagando, sem ter nenhuma contrapartida, onde, por exemplo, os 30 mil imóveis de Santa Catarina, estão situados.

(Continua lendo.)

“Ela cita a mudança de cenário econômico de maio de 2013, quando foi apresentado o projeto, para hoje.”

É simplesmente um deboche, deputado Leonel Pavan, com os contribuintes que apenas são onerados no estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

“Dilma também vetou parágrafos que previam a possibilidade de suspensão de multas por infrações administrativas, como construção e desmatamento não autorizados, e mudanças nas regras para utilização (onerosa ou gratuita) do espaço subaquático para passagem de dutos ou cabos.”

Gostaria aqui de ler especificamente as emendas vetadas pela presidente, que são as Emendas n.s 28 (art.15) e 31 (art.13), que haviam sido aprovadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que foram totalmente vetadas pela presidente.

(Continua lendo.)

“Art. 13 - A União repassará 20% dos recursos arrecadados por meio da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio aos municípios onde estão localizados os imóveis que deram origem à cobrança.

Art. 15 - Ficam dispensados de lançamento e cobrança as taxas de ocupação e os laudêmos referentes aos terrenos de marinha e seus acrescidos, inscritos em regime de ocupação, quando localizados em ilhas oceânicas ou costeiras que contenham sede de município, desde a data da publicação da Emenda Constitucional n. 46, de 05 de maio de 2005, até a conclusão do processo de demarcação, sem cobrança retroativa por ocasião da conclusão dos procedimentos de demarcação."

Por isso, neste momento, é importante a Frente Parlamentar sobre os Terrenos de Marinha ir a Brasília novamente, cobrar mais uma vez do presidente Eduardo Cunha a formação da comissão especial para análise das cinco PECs que ainda se encontram no Congresso Nacional, para a extinção completa dessa taxa absurda, que é herança ainda do período colonial. E, por exemplo, os 30 mil imóveis de Santa Catarina, se não forem aumentados com a nova demarcação do SPU, possam de uma vez por todas acabar com esse pagamento de uma taxa que não tem nenhuma contrapartida para o cidadão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esse é um tema extremamente importante que v.exa. advoga em nome de todos os catarinenses. E efetivamente eu entendo que o governo federal tem que tomar um posicionamento com referência a isso. Parabéns pelo tema, que é muito importante para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Só para registrar a presença do Mário Luiz Honorato, capitão-de-mar-e-guerra - RM1 - assessor de assuntos institucionais do 5º Distrito Naval, e do nosso amigo, Gabriel Celuppi, presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga, o Ary Souza, nosso vereador do município de Balneário Camboriú, o Elias Silveira, grande comunicador de Balneário

Camboriú, que também prestigia a sessão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, tramita nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça, na qual sou relator, um projeto de origem do Executivo, que cria o Plano Estadual de Educação.

(Passa a ler.)

"O documento apresenta 19 metas para a educação que deverão ser cumpridas até 2024. Entre as propostas, algumas delas chama a atenção. Gastaram o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto - PIB - de Santa Catarina na área da Educação e melhoraram o atendimento em centros de educação infantil.

Quanto ao investimento, a meta deve chegar a 7% nos cinco primeiros anos e 10% do PIB em 2024. Hoje, segundo a secretaria do estado da Educação, Santa Catarina gasta pouco menos de 6% com educação. Aumentar gastos com a educação significa investir no futuro do estado. E acredito que não existe futuro promissor sem investimento em educação.

O documento mostra que os municípios catarinenses só conseguem oferecer 138 mil vagas em creches, apesar de Santa Catarina ter mais de 320 mil crianças nessa faixa etária, de acordo com o Censo de 2010. O documento prevê uma meta de no mínimo 50% das crianças serem atendidas em creches até 2024.

Entre as metas ainda temos a erradicação do analfabetismo. Hoje existe uma deficiência grande com relação ao baixo índice de matrículas no ensino médio. Precisamos avançar, e muito. Outro grande desafio é conseguir alcançar as pessoas que moram no campo. Muitas dessas pessoas passaram da idade escolar."

Então é preciso estímulo do estado para que voltem a frequentar as salas de aula. E assim, com o ensino de jovens e adultos, vamos alcançar a meta da erradicação do analfabetismo.

(Continua lendo.)

“Universalizar o ensino fundamental para toda a população de seis a 14 anos de idade e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do plano. Hoje esse índice é de 79%.

Tem outras metas, como oferecer educação em tempo integral em no mínimo 65% nas escolas públicas de forma a atender 40% dos estudantes da educação básica e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% da expansão no segmento público.

O documento traz ainda a valorização dos profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de dois anos a existência do plano de carreira e formar 75% dos professores de educação básica em nível de pós-graduação até 2024, além de garantir a todos os profissionais da educação básica a formação continuada em sua área de atuação.

As metas são muito importantes e, se cada um de nós, os agentes públicos e a sociedade, fizer a sua parte, elas serão atingidas.

Precisamos encontrar mecanismos para que essas metas sejam atingidas em todas as regiões do estado e não apenas naquelas mais desenvolvidas e que já estão à frente das demais.”

Esse é o grande desafio, mais uma vez, deputado Antônio Aguiar, nosso vizinho de região. Uma das regiões em que os índices são mais baixos é exatamente a região do Contestado.

(Continua lendo.)

“Em reunião na comissão de Educação, Cultura e Desporto no dia de ontem, recebemos o secretário de estado da Educação, professor Eduardo Deschamps, e sua equipe técnica, que explanaram para os deputados os detalhes do plano.

Definimos no âmbito da comissão a realização de seminários regionais para que a população possa

ser ouvida e possa participar ativamente e efetivamente desse documento tão importante que vai nortear a Educação de Santa Catarina pelos próximos dez anos. O documento foi muito bem elaborado e bem fundamentado, mas entendemos que seja necessário ouvir a sociedade que pode apresentar sugestões e críticas de forma a aprimorar ainda mais essa proposta. Portanto, devemos ouvir a sociedade para tratar de um tema tão importante e que mexe com a estrutura da educação em Santa Catarina.

Contamos, senhoras e senhores deputados, com o apoio dos nobres colegas para que possamos trabalhar juntos nas comissões e no plenário para que Santa Catarina possa ter o seu Plano Estadual de Educação de acordo com o que a sociedade catarinense espera.

E depois de discutido, analisado e aprovado pelos srs. deputados, poderemos fiscalizar e acompanhar o cumprimento dessas metas, até porque o próprio plano prevê que em cinco anos ele seja avaliado para ver se as metas estão sendo cumpridas ou precisamos corrigir o rumo."

Enfim, é uma oportunidade única e a primeira vez em Santa Catarina que a sociedade tem a oportunidade de discutir e debater de forma tão profunda a Educação no nosso estado. E podemos avançar de forma harmônica, deputada Ana Paula Lima - que tem uma ligação muito próxima com a Educação. O desafio, repito, é de todos nós, não apenas de uma gestão de governo, mas de estado, para que Santa Catarina, que já é referência em educação, especialmente na Educação de Ensino Fundamental, em nível de Brasil, para que possamos avançar e encontrar as mesmas condições em todas as regiões de nosso estado.

Sabemos que algumas regiões, como o vale do Itajaí, no norte de Santa Catarina, e muitos municípios das regiões oeste de nosso estado, já alcançaram índices de desenvolvimento da educação equiparados a índices do primeiro mundo, mas precisamos chegar a regiões deprimidas economicamente, fruto do baixo índice da nossa

educação, seja infantil, fundamental, de ensino médio ou de ensino superior.

É inaceitável, num estado tão desenvolvido, que tenhamos ilhas desenvolvidas, prósperas, como a Ilha de Santa Catarina, capital dos catarinenses, Florianópolis; e ilhas ainda do atraso, como as que encontramos por toda extensão ao longo da BR-116, da divisa do Rio Grande do Sul até a divisa com o Paraná, em Mafra.

Esse é o debate que vamos travar a partir de agora, e penso que é de responsabilidade de todos nós. Não vamos perder essa oportunidade de discutirmos o presente e o futuro que queremos para as futuras gerações, para as nossas crianças, para os nossos jovens, pois sem educação não vamos alcançar o desenvolvimento que queremos.

O Sr. Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - É com alegria e prazer que ouço v.exa., meu amigo deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Valdir Cobalchini, parabéns pela sua intervenção, v.exa. que fala com toda legitimidade como presidente da comissão de Educação desta Casa.

Eu tive cuidado de, ao receber o Plano Estadual de Educação, debruçar-me sobre ele e de mergulhar nas suas várias, múltiplas e ricas metas. Tenho certeza de que o debate será extremamente rico e fecundo nesta Casa.

Só me preocupa um detalhe. E aí v.exa. tem toda legitimidade para conduzir o debate nesta Casa sobre o Plano Estadual de Educação para que não percamos o foco com temas periféricos, que nos afastem do coração e da proposta para o próximo decênio na história da Educação de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós é que agradecemos deputado Ismael dos Santos, e entendemos bem a sua preocupação e em que direção v.exa. quer chegar. Certamente que nós não vamos desviar o foco e vamos mirar em questões fundamentais para a nossa Educação em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - É com muita alegria que ouço o nosso querido deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente deputado Valdir Cobalchini, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que levanta questões profundas sobre a Educação. É preciso uma reflexã, com a profundidade do seu discurso. V.Exa. está no caminho certo e esperamos reverter esse processo para o futuro de Santa Catarina e do Brasil.

Mas quero dizer que v.exa., com a sua capacidade, poderá contribuir muito com o nosso estado, com este país, porque é assim que nós entendemos quando um líder se posiciona firmemente em defesa da sociedade.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Quero agradecer ao deputado Natalino Lázare, como integrante da comissão de Educação, pelo empenho e pela contribuição com este importante da Educação e com todos os projetos que têm tramitado e passado pela comissão de Educação.

Cumprimento o secretário Eduardo Deschamps, sua equipe da secretaria da Educação e o deputado Manoel Mota por terem elaborado um projeto que, se não é perfeito, se não é o ideal, mas é um fato inédito, que merece, sim, os nossos aplausos. E dizer que a partir de agora vamos debatê-lo intensamente aqui nesta Casa.

Muito obrigado ao nosso querido amigo, deputado Leonel Pavan, ex-governador, ex-senador, que engrandece a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Mas apenas para concluir, quero dizer que esta é uma oportunidade única, deputado Manoel Mota, para debatermos o desenvolvimento - até porque educação é desenvolvimento -, do nosso estado, de todas as regiões, de forma que Santa Catarina possa ser, em todo o seu território, uma referência nacional e mundial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Até que enfim, o sr. secretário de Educação recebeu um elogio nesta Casa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar v.exa. todos os parlamentares desta Casa, também as nossas deputadas, cumprimentar os nossos visitantes que vieram na tarde hoje prestigiar este Parlamento.

Sr. presidente, quero fazer um apelo para todos os deputados que estão nos seus gabinetes de que falta apenas 20 minutos para começar a Ordem do Dia. Temos projetos importantes para serem votados e fizemos uma ginástica muito grande ontem para que hoje fossem encaminhados das comissões para virem a plenário.

Por isso, estamos fazendo esse apelo a todos os parlamentares, e aos deputados que não estiverem nos gabinetes que seus assessores liguem avisando, para que possamos, às 16h, estarmos no Plenário para a votação desses projetos, que são fundamentais para a sociedade que espera e aguarda por respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Manoel Mota, com certeza logo que iniciar a Ordem do Dia, o presidente fará uma convocação, podemos assim dizer, para que todos os srs. deputados estejam presentes para a votação das importantes matérias e projetos que devem ser votados no dia de hoje.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, por questão de justiça, quero dizer que a vinda do secretário de Educação, Eduardo Deschamps, e de sua equipe, foi muito boa, e mostrou que estão preparados para discutir o novo Plano Estadual de Educação. Eu fiquei deslumbrado

com o trabalho que fizeram para preparar esse plano, que será discutido amplamente pela categoria do Magistério e pela sociedade catarinense. Quero, por isso, parabenizá-los.

Sr. presidente, também gostaria de pedir permissão a v.exa. para cumprimentar o vereador Fabiano José Mendes, do município de Três Barras, acompanhado do jovem Júlio César.

Meus cumprimentos aos dois que vieram de tão longe, do norte do nosso estado, para prestigiar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, esta Casa dá boas-vindas a esses líderes.

Veja só como é importante um secretário fazer atos em benefício da sociedade. É só trabalhar que elogios não faltam. O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, recebe hoje o segundo elogio.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas, neste horário destinado ao Partido dos Trabalhadores trago uma reflexão que julgo de importância extraordinária e que diz respeito à última encíclica que o Papa Francisco escreveu, que é a encíclica Verde, no latim é chamada de encíclica Laudato Si, que traduzido significa Louvado Seja.

E esta carta faz referência ao cuidado da casa comum e, quando se faz referência à casa comum, o planeta terra no qual vivemos, relacionamo-nos e comunicamo-nos.

É uma encíclica que tem um apelo profundo social, humano e ao mesmo tempo uma interpelação, de maneira muito especial, aos agentes políticos, à sociedade de bem e a todas as pessoas para que coletivamente possamos construir um pensar alternativo na relação que construímos no dia a dia com as questões que envolvem a ecologia, a natureza e o meio ambiente.

A encíclica contém basicamente em torno de 200 páginas, com a participação de cientistas e de pessoas que historicamente tem tido um trabalho relacionado com as questões que envolvem o meio ambiente. Claro que essas quase 200 páginas desse documento falam também das questões tecnológicas, políticas e menciona também a questão da dívida externa que muitos países têm com as nações desenvolvidas do nosso planeta.

Ele acentua que a pobreza e a degradação ambiental andam juntas. Nós não podemos compreendê-las separadamente, mas o entendimento delas deve ser dado de uma forma conjunta, já que a exploração dos recursos naturais não afetam este ou outro segmento, mas o conjunto de todas as pessoas, de todos os seres humanos. No entanto, atinge de forma mais dura aqueles e aquelas que não têm recursos para ultrapassar as dificuldades causadas, por exemplo, pela escassez de recursos hídricos e naturais.

Portanto, faz esta menção e acentua que são as classes mais desprovidas, mais pobres do nosso planeta que sofrem as maiores consequências no que se refere aos recursos hídricos, à natureza, enfim ao ambiente ao qual fazemos parte.

Claro que se formos trabalhar profundamente o conjunto dessa reflexão que o Papa traz à sociedade mundial, precisaremos de muito tempo nesta tribuna para poder aprofundar os diferentes temas elencados. É importante lembrar que o Papa, ao mesmo tempo em que escreve e busca os aprofundamentos, as razões desse debate oportuno, lembra, de maneira especial, São Francisco de Assis, colocando-o como exemplo por excelência do cuidado e de uma ecologia integral, mostrando uma atenção especial aos pobres e abandonados.

Portanto, falar desta temática toda, desta nova encíclica, que traz como subtítulo *Laudato Si*, que se refere ao cuidado com a mãe terra, nos remete a reflexões que traz presente neste documento de quase 200 páginas.

Mas é um momento extremamente oportuno e estratégico para quem pensa no bem-estar de toda a nossa sociedade.

Só para concluir, deputado Leonel Pavan, essa temática é uma das mais importantes estratégias colocada à sociedade, mas acredito, pessoalmente, direcionada aos agentes políticos do nosso mundo, do nosso planeta.

A encíclica Laudato Si, que tem o subtítulo em latim, que traduzido significa Louvado Seja e refere-se aos cuidados com a terra, com a mãe terra, que o papa Francisco escreveu, deveria ser o livro de cabeceira de todos os agentes políticos do nosso país.

Temos que construir alternativas para a construção de uma sociedade sustentável para que possamos viver bem e pensar nas gerações futuras, porque não podemos pensar apenas em nós. Portanto, nós temos desafios extremos e muitos sérios porque esta em jogo a vida do planeta e automaticamente a nossa vida também.

Então, trata-se de uma reflexão profunda e séria sobre a qual temos que debater com a sociedade para mudar a mentalidade que temos com relação ao meio ambiente, à natureza, para a uma construção de uma sociedade mais harmoniosa e mais sustentável.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Padre Pedro Baldissera, talvez esse seja o maior projeto que tem que ser desenvolvido e trabalhado no mundo: a questão do meio ambiente, a família e a convivência. Se nós não trabalharmos em favor disse, se a humanidade, se os governantes não tomarem alguma posição sobre o que v.exa. colocou, certamente, teremos sérios problemas no futuro.

Eu queria ter esse livro. Como adquiro esse livro, que tem que ser de cabeceira, essa encíclica?

Esta Presidência suspende a sessão por seis minutos, até as 16h, para depois começarmos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0099/2015; 0120/2015; 0139/2015 e 0169/2015.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0153/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0034/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0237/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0004/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, ontem, até porque tivemos muita coisa para votar aqui, não foi falado sobre esses quatro projetos de resolução que estamos votando hoje a redação final. Esse é o fruto do resultado do fórum que o deputado Fernando Coruja encabeçou, com a relatoria-geral do deputado Leonel Pavan e participação de outros deputados e que resultou essa comissão nessas quatro propostas. Na verdade, eram cinco e um ficou.

Este que estamos aprovando, o Projeto de Resolução 0004/2015, visa reformular a questão do Pacto Federativo aumentando o recurso que vem para os municípios e para os estados.

Então, só para explicar para a sociedade a votação final desses quatro projetos de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Kennedy Nunes, pela primeira vez, a discussão para a de uma redação final. Mas concedo a v.exa. mais um minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Presidente, como falei, tínhamos muita coisa para votar e acabou não dando tempo para comentarmos, mas é importante, sobre a possibilidade de, nos legislativos estaduais, legislarmos um pouco mais, já que está sendo-nos dada a oportunidade e, por último.

Nós vamos levantar 14 outras assembleias legislativas, deputado Luiz Fernando Vampiro, para fazermos projetos de resolução iguais a esse para entrarmos no Congresso Nacional com emendas constitucionais vindas de todos os poderes legislativos, e o art. 60 da Constituição Federal nos dá essa possibilidade de entrarmos com emendas a partir da metade das Assembleias Legislativas.

Só para explicar, sr. presidente, muito obrigado.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0005/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam coo se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0006/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam coo se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0007/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam coo se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0016/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Instituição Filantrópica Cristã Príncipe da Paz de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0121/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Instituto Passo a Passo no Caminho, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, que declara de utilidade pública o Instituto Sólidus, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0152/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, que declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais, de Videira, Apanvi.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0157/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Pró-Judô de Penha.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0205/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojista de Santa Catarina, FCDL/SC, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0015/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que concede título de cidadão catarinense ao Padre João Alfredo Rohr, *in memoriam*.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - sr. presidente, gostaria de aproveitar para fazer o registro do título de Cidadão Catarinense ao padre João Alfredo Rohr.

O padre João Alfredo, que esta Casa homenageará com o título, *in memoriam*, nasceu no ano de 1908, em Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, e faleceu em 1984, aqui em Florianópolis.

Ele foi diretor do tradicional colégio catarinense, instituição fundada e mantida pelos jesuítas, e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário de Santa Catarina.

O padre Rohr construiu, no morro das Pedras, junto à Lagoa do Peri, no sul da ilha, um castelo de pedra que é um verdadeiro cartão postal da cidade, além de importante centro de encontros e eventos.

Durante 40 anos ele desenvolveu seu trabalho em Santa Catarina em favor da educação e da pesquisa científica. Destacou-se na botânica, tendo estudado e manipulado plantas medicinais. Porém, no campo em que o padre Rohr ficou consagrado foi na arqueologia. Ele foi o maior

escavador brasileiro e pai da arqueologia catarinense.

Em suas escavações descobriu a existência de aldeias que viveram entre os séculos IX e X de onde retirou centenas de esqueletos humanos, toneladas de restos de alimentos, instrumentos lascados e polidos, artefatos em osso de conchas e milhares de fragmentos de cerâmica.

No extremo oeste, catarinense estudou 53 sítios arqueológicos no nosso querido município de Itapiranga. Nas barragens do rio Uruguai encontrou acampamentos humanos existentes há mais de nove mil anos.

Algum tempo depois focou seu trabalho no planalto catarinense, onde localizou e estudou 111 sítios arqueológicos em Urubici, Petrolândia, Bom Retiro e municípios vizinhos. Lá se deparou com as chamadas casas subterrâneas e também grutas onde paredes continham inscrições rupestres.

Portanto, é uma homenagem que este Parlamento faz a este cidadão que tem toda essa história significativa no nosso estado de Santa Catarina, e que traz presente, também, todo esse trabalho que a Companhia de Jesus, os jesuítas, realizam e fazem em todo o nosso estado, país e mundo afora.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Como ex-aluno do Colégio Catarinense, padre Pedro Baldissera, gostaria de parabenizá-lo por esta homenagem a um ex-grande diretor. Também gostaria de mencionar que há uma rua que liga Santo Antônio de Lisboa a Sambaqui que leva o nome do padre Rohr. Também conseguimos viabilizar no ministério das Cidades os R\$ 4 milhões necessários para a sua pavimentação, e ela está em obras neste momento.

Então, esta homenagem que v.exa. faz ao padre Rohr, ex-diretor geral do Colégio Catarinense, é muito propícia, e eu gostaria de parabenizá-lo por isso.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Acho que o deputado Padre Pedro Baldissera faz uma justa homenagem a uma pessoa que foi importante, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro.

Quando fui prefeito em Balneário Camboriú criei um horto de plantas e medicinais que leva o seu nome. Este horto que produz inúmeros remédios em gotas tem servido para muitos idosos, para toda a população de Balneário Camboriú e região. Nós, quando prefeito, fizemos uma homenagem merecida. Portanto, parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera, por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o Projeto de Lei n. 0015/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera o art. 28 da Lei Complementar n. 605, de 2013, para o fim de adequar a carga horária de representantes de entidade sindical representativa de categoria.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Esse projeto foi votado em primeiro turno na sessão de ontem.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	abstenção
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e duas abstenções.

Está aprovado o PLC em segundo turno.

Nós temos aqui quatro projetos, extrapauta, que passaram pelas comissões.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2015, de procedência do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça e os respectivos cargos de promotor de Justiça, e cargos de servidores no quadro de pessoal do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Hoje nas comissões tratamos sobre esses três projetos. Esse aí é o que cria novos cargos de promotores de Justiça do Ministério Público.

Eu acho muito importante porque a vinda de novos promotores vai beneficiar o trabalho do Ministério Público. O segundo projeto que nós vamos votar aqui, que nós tratamos na comissão de Finanças e depois a comissão de Trabalho vai mexer no piso salarial do Ministério Público, que é o próximo projeto que vamos votar.

E há o terceiro projeto que está nesta Casa, no qual o deputado Dirceu Dresch levantou uma questão e pediu vista, que acabou sendo um pedido de vista coletivo, que cria novos cargos comissionados para o Ministério Público. São 62 cargos comissionados de promotor e procurador substituto. E o deputado Dirceu Dresch levantou uma informação muito interessante que é a comparação que existe entre os cargos efetivos do Ministério Público e os comissionados. E estamos sendo muito cobrados com relação a isso, porque o

Ministério Público tem quase três cargos comissionados para cada cargo efetivo, sendo que há um concurso público vigente e os concursados poderiam ser chamados.

Gostaria de fazer esse esclarecimento porque alguns deputados estavam sendo cobrados pelas redes sociais sobre a criação de novos cargos, já que esse é um momento em que o povo brasileiro está preocupado com a situação do país.

Mas o que estamos votando neste projeto agora é a criação de novos procuradores de Justiça do Ministério Público. O segundo projeto trata do piso salarial; e o terceiro, da criação dos cargos comissionados para a assessoria dos procuradores substitutos, que não veio para o Plenário porque está em vista coletiva na comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a sua manifestação e os esclarecimentos que prestou, até para que efetivamente saibamos o que estamos votando neste momento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria que o projeto relativo ao Sistema Prisional de Santa Catarina fosse colocado na pauta a fim de que possamos fazer a votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Já está na pauta.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Gostaria de fazer um esclarecimento ao deputado Kennedy Nunes. Dois projetos do Ministério Público estão pautados para hoje, e, quanto ao projeto em que houve o pedido de vista do deputado Dirceu Dresch, quero dizer que o deputado o fez, não por ter qualquer manifestação contra o projeto, mas para buscar mais esclarecimentos e um conhecimento maior, pois não era da área e precisava estudar a matéria.

Entretando, como coloquei na reunião da comissão, estamos trazendo justiça à estrutura organizacional do Ministério Público. Estamos falando dos promotores substitutos. São mais de 40. São promotores que optaram por não seguir a carreira, mas têm as mesmas atividades dos outros promotores de Justiça, que não têm nenhum tipo de assessoria. Não existe nenhuma pessoa de confiança que possa ter a senha, acessar, e precisa-se disso. Se comparar a estrutura do juiz substituto com a do promotor substituto, a do magistrado é infinitamente superior a do Ministério Público. Depois de uma ampla discussão interna dentro de toda a estrutura, permitiu-se dar uma condição mínima ao promotor, que tem uma demanda cada vez maior.

Hoje, temos 111 comarcas em Santa Catarina. Todas com promotores. E, se formos falar que há em torno de 500 representantes do Ministério Público entre promotores, procuradores, veremos que a estrutura não é gigante, mas condizente para que possam realizar o trabalho. Então, faço a defesa aqui dos promotores substitutos porque sei da importância deles para o estado de Santa Catarina e da necessidade de corrigir essa distorção, o que em outros Poderes já foi feito. É preciso que isso seja resolvido para os aproximadamente 52 promotores.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer uma defesa de forma geral ao Ministério Público de Santa Catarina por "n" motivos que conhecemos e sabemos, mas principalmente pelo trabalho que faz no combate à corrupção, contra o tráfico de drogas e, sobretudo, aos crimes contra a ordem tributária, promovendo a arrecadação para o governo do estado, enfim, em defesa da sociedade.

E no ano passado criamos trezentos e poucos cargos aqui, dando mais assessoria aos promotores,

porque sr. presidente, sabe quantos assessores tem um promotor no interior de Santa Catarina? Dois! Tinha um e nós concedemos, após muito debate, mais um. Ora, racionalmente, é necessário e pertinente, no meu entendimento. E os projetos que estão sendo votados para a criação de novas procuradorias, que também acho pertinentes, devem ser discutidos mais profundamente, concordo com a atitude do deputado Dirceu Dresch, mas acredito que o Ministério Público tenha necessidade de se estruturar bem, fortemente, assessorar-se bem para cumprir com as suas tarefas, que são relevantes para a sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente. Em nível de encaminhamento e de esclarecimento, primeiramente, estamos criando novas Promotorias, estamos criando novos cargos de promotor de Justiça e estamos com o mesmo projeto aqui, em votação, criando cargos de confiança para esses procuradores.

Quanto ao outro projeto ao qual pedimos vista foi porque há um concurso feito em outubro de 2014, com 140 cargos, e foram chamados em torno de 20 a 30 pessoas apenas.

A pergunta que fica, e quero estudar um pouco mais esse assunto, é se o procurador substituto também precisa cargo de confiança ou dá para chamar os concursados. E aí nós temos uma divergência, inclusive nesta Casa, no papel, se é cargo de confiança ou se pode ser cargo concursado técnico.

E eu tenho uma divergência, pois entendo que o nosso papel parlamentar, político, porque somos vinculados a um partido, a nossa assessoria, uma parte dela, tem que ser por indicação, tem que ser de confiança, agora, nós também temos aqui na Casa

os concursados, e apenas eles fazem e cumprem o papel aqui nas comissões.

Então, tem diferença de um cargo técnico jurídico para um cargo político, indicado, de confiança.

Portanto, apenas quero fazer esse esclarecimento e quero ter essa semana e pouco para estudar o projeto e, com certeza, nós vamos dar o nosso parecer na próxima reunião da comissão de Finanças e Tributação.

Assim, em nível de esclarecimento, já que os deputados falaram do meu pedido de vista, os demais projetos mesmo lá atrás eu votei contra a criação de cargos de confiança no Ministério Público, mas como vem junto o projeto criando a Procuradoria e os cargos de confiança, eu voto favorável a esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu apenas gostaria de deixar claro que toda essa discussão não é do projeto que nós estamos votando, neste momento, é o projeto que está sob vista do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, sr. presidente. Apenas para fins de orientação, esse projeto que veio para cá agora, que é o motivo da discussão sobre o pedido de vista do deputado Dirceu Dresch, ele complementa um projeto que já foi amplamente discutido aqui no ano passado, que foi o que criou essas assessorias aos promotores de Justiça titulares e que agora está-se estendendo aos substitutos que no projeto não foram contemplados.

Então, é importante a preocupação do deputado Dirceu Dresch, que terá esse período para que ele possa buscar os subsídios necessários para amadurecer o seu voto.

Mas, ocupando um pequeno dizer do deputado Kennedy Nunes, quanto à preocupação daquilo que

está acontecendo nas redes sociais, quero dizer que o momento de discussão não é agora na apreciação desses projetos, se nós temos a ideia de mexermos de forma significativa naquilo que representa os repasses aos Poderes, então, temos que discutir os repasses do duodécimo, aí o exemplo tem que vir de Brasília cortando na própria carne em todas as esferas de governo.

E aí, sim, vamos atender àquilo que as redes sociais, hoje, estão reivindicando. Agora, enquanto o Ministério Público, enquanto o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa tiveram o seu percentual assim estipulado, cabe a eles determinar o que vai fazer com os seus recursos financeiros.

Então, esse é o encaminhamento que nós percebemos com a legislação vigente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	

DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2015, de procedência do Ministério Público, que cria cargos de procurador de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina e de servidores no quadro de pessoal do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Solicito à assessoria que abra o painel eletrônico para procedermos à votação nominal.

Solicito aos srs. e as sras. deputadas que exerçam o direito de voto.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Estamos votando o Projeto de Lei Complementar n. 0018/2015?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sim, o PLC n. 0018/2015, que cria cargos de procurador de Justiça.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Perfeito.

Sr. presidente, na verdade esse projeto, que é um dos quatro que vamos analisar agora em sequencia, nessa semana e nas próximas, justamente consiste em estruturar melhor o Ministério Público, até para que as pessoas possam ter acesso aos seus direitos. Esse especificamente cria seis cargos de procuradores-gerais e ainda autoriza o Ministério Público a contratar assessoria. E o PSDB, naturalmente, vota favorável.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2015, de procedência do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - No projeto anterior, enquanto estava aqui falando o sr. fez a apuração. Então, queria declarar o meu voto favorável. Além de termos colocado aqui a posição do PSDB, também estamos nos manifestando favoravelmente a este projeto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - O seu voto está computado.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	

DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2015, de procedência governamental, que altera o Anexo I da Lei Complementar n° 472, de 2009, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Trabalho, Administração e Serviço Público e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Obrigado sr. presidente, deputado Aldo Schneider. Queria cumprimentar, de uma maneira muito especial, o deputado Romildo Titon, que não se encontra aqui neste plenário, que me deu a oportunidade de, na

comissão de Segurança, ser o relator desse projeto.

Queria cumprimentar os candidatos que vão ajudar muito na Segurança Pública do estado de Santa Catarina e que se encontram nesta Casa porque são interessados direitos nesse projeto de lei que aumenta cargos de agente penitenciário de 2.100 para 2.500; e de agente de atendimento socioeducativo, de 300 para 490.

O sistema encontra-se, segundo o governo do estado na justificativa do projeto, em iminente colapso frente à breve inauguração de novas unidades prisionais que totalizam novas duas mil vagas. Todas as unidades prisionais do estado de Santa Catarina operam com *déficit* de servidores e, sem as novas vagas, não será possível a abertura das novas unidades prisionais.

Ainda, a lista de pessoas à espera da nomeação já conta com 289 candidatos, alguns deles presentes hoje nesta sessão, ao cargo de agente penitenciário, e 31 ao cargo de segurança socioeducativo. Por isso, temos várias importâncias neste projeto para o Sistema Prisional e para a Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Por isso, quero cumprimentar os interessados e ratificar a importância da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu solicito aos srs. assessores que abram o painel eletrônico para que os deputados e às sras. deputadas possam proceder à votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, não vou subir à tribuna, gostaria apenas de dizer que tive a honra de ser o relator desse projeto na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde foi aprovado por unanimidade.

Este projeto é importante e vai reorganizar todos os presídios de Santa Catarina, além de abrir oportunidades, pois serão chamados os

concurados e aumentar significativamente o grupo de trabalho.

Este projeto é fundamental também à população porque traz segurança legítima vinda de uma equipe jovem que se prepara para fazer uma grande missão nos presídios do nosso estado. Por isso, cumprimento a equipe presente neste Plenário!

Nossa bancada é favorável à aprovação deste projeto e peço que todos os deputados votem favoravelmente porque é importante para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Scheneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero manifestar-me sobre este projeto, quero reconhecer e valorizar esse encaminhamento do governo. Em 2009 fomos chamados para realizar uma audiência pública nesta Casa e discutir o Sistema Prisional de Santa Catarina, especialmente a função, o papel e a condição de nossos agentes prisionais. Isso resultou num pedido de uma auditoria ao Tribunal de Contas para averiguar de fato a situação em que estavam os nossos presídios e a falta de trabalhadores efetivos.

Após essa auditoria que saiu em 2003, temos um conjunto de dados, que já está à disposição dos srs. deputados e das sras. deputadas sobre a situação caótica - e o deputado João Amin falou muito bem sobre isso - da nossa segurança e dos presídios em nosso estado.

Então, é muito importante que o governo do estado chame esses trabalhadores, e muitos estão presentes neste momento nesta sessão, para que possam cumprir a sua função na Segurança Pública do nosso estado.

Por isso, queremos reconhecer a luta desses trabalhadores, do sindicato, o Sintespe, representado pelo Volnei, que se tem dedicado muito à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, porque não há condições

reais de trabalho dos agentes prisionais pelo excesso de carga horária, pela falta de pessoal.

Então, este projeto ameniza um pouco a situação, embora, quero deixar registrado, não resolve o nosso problema porque o Conselho Nacional de Justiça avalia que mesmo com esses novos concursados que serão chamados, faltaria em torno de 900 agentes prisionais para dar conta da situação e estar dentro do ideal, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, para cuidar dos mais de 17 mil presos que nosso estado possui.

E isso porque não passou, ontem, a redução da maioria penal no Brasil, caso contrário, com certeza, teríamos mais alguns milhares de presos de uma hora para outra em nosso estado, o agravaria ainda mais a situação nos nossos presídios catarinenses.

Então, quero cumprimentar todos por essa luta histórica, e me incluo nesta caminhada como tantos outros deputados que sempre estão aqui cobrando mais trabalhadores para prestar um bom serviço à sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito aos srs. deputados e as sras. deputadas que permaneçam em plenário, porque na sequência vamos fazer a votação, em segundo turno, dessas matérias.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero justificar meu voto, em homenagem aos agentes prisionais que passaram no concurso público, que estão acompanhando esta sessão. O meu voto foi "sim".

Hoje pela manhã na comissão de Segurança Pública percebi que estão ávidos para começar a trabalhar. O estado precisa, então, desses profissionais para fazer a segurança do nosso estado naquilo que determina as funções desses profissionais.

Meu voto foi "sim", como também de toda bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Para concluir, com a palavra o eminente deputado Darci de Matos, depois vou colher resultado, e logo em seguida teremos a votação do segundo turno.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero concordar com o eminente deputado João Amin quando coloca a importância da aprovação desse projeto que vai possibilitar ao governo chamar os agentes prisionais e os técnicos para o projeto socioeducativo de Santa Catarina.

Mas quero fazer outra reflexão, no sentido de que Santa Catarina é um estado diferente. Nós temos que enaltecer o trabalho dos concursados, dos efetivos e quem vai adentrar no serviço público estadual, os agentes prisionais, mas temos também no sistema prisional as penitenciárias que funcionam excepcionalmente bem com o sistema terceirizado e que tem que ser colocado em relevo. Então, temos um sistema com os concursados, que funciona muito bem e com os terceirizados, como é o caso da penitenciária industrial, deputado Kennedy Nunes, de Joinville que já foi matéria da revista *Veja*, e é a melhor penitenciária do Brasil.

Então, é um sistema misto, o que melhora muito o sistema prisional de Santa Catarina. Mas precisamos avançar, evoluir muito mais. Na verdade, não há cadeia que chegue, pois há dez anos tínhamos seis mil presos, hoje temos 17 mil presos, lamentavelmente, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço as manifestações de v.exas. nobres deputados.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votaram "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, meu voto é "sim".

Então, acrescente-se o voto do deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero cumprimentar as lideranças estudantis que visitam esta Casa Legislativa. É muito importante que líderes estudantis conheçam o trabalho dos parlamentares, são os seguintes estudantes: do Centro Acadêmico de Administração Pública da Udesc, de Balneário Camboriú, o presidente André Vechi e o secretário Guilherme Gonçalves; da Associação Atlética da Udesc de Balneário Camboriú, presidente Luis Gustavo Guimarães Morales; e o vice-presidente Rafael Azambuja da Silva; o presidente do Diretório Acadêmico Ademir Ribas e Felipe Keizo, tesoureiro.

Esses líderes estudantis certamente conhecendo nosso trabalho poderão ter uma boa impressão desta Casa.

Quero também anunciar a presença de um dos grandes líderes estudantis, do popular Índio, Leandro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h44, para votação em segundo turno de algumas matérias.

Está encerrada a sessão.